

ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM, DO DIA VINTE E DOIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E TREZE. -----

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e treze reuniu, pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

-----ORDEM DO DIA: -----

1. Expediente-----

2. Ata -----

3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

a) Alteração dos estatutos da Associação de Municípios da Região de Setúbal - AMRS. -----

4. ATIVIDADE AUTÁRQUICA -----

Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Manuel Guerreiro Neves, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Joaquim António Gamito, Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, Sandra Maria Brás Coelho, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, Fernando Augusto Pereira de Sousa, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel C. Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Alberto Manuel Sousa Dias de Brito, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos.-----

Não compareceram os membros: Alexandre António Cantigas Rosa, Nuno Miguel da Silva Francisco, Maria da Conceição Pinela Pereira, António João Antunes Isidoro, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Ângela Isabel Botelho Baltazar e Hélder António Pereira Nunes. -----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Vítor Proença, e dos Senhores Vereadores Margarida Santos, Arnaldo Frade, José Rosado, Óscar Ramos, Álvaro Beijinha e Carlos Pereira Dias.-----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA-----

A Senhora Presidente informou que os senhores Alexandre Rosa e Luís de Assis Silva do Ó, eleitos do PS, se faziam substituir na presente sessão pelos eleitos que se seguem

na mesma lista, senhores **José Joaquim Pinheiro e Francisco Maria Carrajola de Sousa**, conforme o disposto no artigo 78º da Lei nº 169/99, na redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

INCLUSÃO DE ASSUNTO NA ORDEM DO DIA-----

Tendo em conta a sua urgência, a Senhora Presidente propôs a inclusão do seguinte assunto na ordem do dia: “ **Designação de uma cidadã para integrar a CPCJ de Santiago do Cacém.**”-----

A **proposta** foi **aprovada, por unanimidade.**-----

Da inclusão deste assunto resultou a **alteração na Ordem do Dia**, figurando o mesmo com o número três, passando as “Propostas da Câmara Municipal” para número quatro e a “Atividade Autárquica” para o número cinco.-----

CIMAL – CENTRAL DE COMPRAS-----

O Senhor Hugo Ferreira, eleito do PS, questionou, se do funcionamento daquela Central de Compras tem resultado alguma rentabilidade para o Município, tendo em conta as verbas despendidas para a mesma, de cinco mil euros mensais.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que se tratava de um processo em curso, o qual teve a adesão dos cinco municípios devido à sua importância na redução dos custos de aquisição de mercadorias, acrescentando que as compras são facultativas e que os produtos podem ser adquiridos lote a lote. Mais informou que o balanço que o Município fazia da criação da Central de Compras era positivo, sendo compensadora a baixa registada nos custos, pelo que, fazia todo o sentido a sua existência.-----

ORGANIZAÇÃO DO EVENTO “7 MARAVILHAS – PRAIAS DE PORTUGAL”.

O Senhor Hugo Ferreira questionou se o Município de Santiago do Cacém tinha sido consultado sobre a realização daquele evento que teve lugar em Troia, no Município de Grândola, e foi transmitido para todo o País através da Televisão, o qual terá sido pago pelo Turismo do Alentejo – Pólo do Alentejo Litoral, tendo custado oitocentos mil euros. Acrescentou que considerava um absurdo o dispêndio daquele montante na iniciativa em causa, tendo em conta a situação de crise que se vive no País.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que aquela iniciativa foi abordada pela Direção do Pólo de Turismo do Alentejo Litoral, onde defendeu que o Turismo do Alentejo não devia despende qualquer verba para o efeito, tendo sido acordado solicitar apoio ao Turismo de Portugal, o qual financiou, em parte, aquele evento. Acrescentou que foram muitas as entidades envolvidas naquela iniciativa e que foi possível candidatar ao programa InAlentejo a parte não financiada pelo Turismo de Portugal, a qual acabou por ser aprovada.-----

Mais informou que, na Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do PCP questionou o Senhor Ministro da Economia no sentido de saber se as verbas que havia disponíveis eram para aplicar naquela iniciativa ou se destinavam a medidas para reabilitação das praias, tendo o Senhor Ministro respondido que não tinha conhecimento do pedido de verba para o efeito, quando se sabe que o processo passou por aquele Ministério.-----

Referiu ainda que foi transmitido aos responsáveis daquela iniciativa que os critérios que o júri definira para atribuição dos prémios eram muito discutíveis.-----

CIDADE DE VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ – REORDENAMENTO DO PARQUE CENTRAL-----

O Senhor Fernando Pereira de Sousa, eleito do PS, referiu que se congratulava pela intervenção em curso naquele Parque, acrescentando que os resultados só poderão ser melhor apreciados no princípio do verão e daqui a alguns anos quando as árvores crescerem. -----

Chamou a atenção para a situação das telas colocadas nos ancoradouros, considerando que as mesmas devem ser tapadas com a água, porque começa a haver fugas. -----

Mais referiu que a porta de acesso ao Parque Infantil esteve fechada com cadeado, e estavam afixados anúncios proibindo a entrada, o que não evitou que a rede tivesse sido cortada e que algumas pessoas entrassem naquele espaço, acrescentando que, agora, a porta foi aberta, mas continuam lá os avisos de proibição de entrada, ficando a dúvida se já é permitido ou não o acesso ao espaço. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que tem vindo a ser desenvolvida uma grande intervenção no Parque Central, a qual não tem sido fácil, tendo a sua concretização exigido bastante à empresa a quem as obras foram adjudicadas, acrescentando que a Junta de Freguesia de Santo André tem acompanhado todo o processo no terreno. -----

Informou ainda que para a preparação do projeto de reordenamento daquele espaço, a Câmara Municipal solicitou a colaboração da Arquiteta paisagista que elaborou o projeto inicial daquele Parque. -----

Mais informou que estava em curso a reflorestação das áreas afetadas pelo nemátodo do pinheiro, através de um conjunto de ações a desenvolver em dois mil e treze e em dois mil e catorze, tendo em conta que a Cidade de Vila Nova de Santo André comporta a maior mancha florestal dentro do perímetro urbano, onde está prevista a plantação de quatro mil árvores de espécies autóctones, nomeadamente medronheiro, loureiro, e sobreiro. Acrescentou que uma parte significativa destas espécies foi oferecida pela empresa EDP. -----

Relativamente ao Parque Infantil esclareceu que o cadeado foi ali colocado, porque ainda não tinha sido feita a receção provisória das obras e que o mesmo teve de permanecer encerrado por mais algum tempo até à correção de algumas anomalias detetadas. Acrescentou que foram também colocados avisos proibindo o acesso ao mesmo naquela fase, mas houve quem não os respeitasse. -----

BAIRRO HORIZONTE – REPAVIMENTAÇÃO-----

O Senhor Fernando Pereira de Sousa questionou se estavam previstas algumas obras de repavimentação naquele Bairro, dado que os pisos apresentam alguma degradação. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que tinha sido feita uma grande intervenção naquele Bairro, nas infraestruturas enterradas, havia três anos, acrescentando que para dois mil e treze não estava prevista a repavimentação no mesmo, dado que havia situações mais urgentes. -----

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO LITORAL ALENTEJANO E.P.E – EXAMES MÉDICOS – DESLOCAÇÕES DOS UTENTES-----

O Senhor Fernando Pereira de Sousa referiu que os utentes do Hospital esperam, de manhã, junto à entrada das consultas externas daquele edifício por uma carrinha que transporta sete pessoas, para os levar a Cascais a fim de ali efetuarem exames médicos, regressando na parte da tarde, questionando se aqueles exames não poderão ser feitos no Hospital, evitando uma enorme perda de tempo e o incómodo da deslocação. -----

ALVALADE – FALTA DE MÉDICOS-----

O Senhor Rui Madeira, eleito da CDU, informou que, desde o mês de setembro do ano transato, se tem vindo a agudizar o problema de falta de médicos naquela Freguesia, onde um médico não é suficiente. Acrescentou que um dos médicos que ia substituir um dos que tinham saído, meteu baixa, e que a solução encontrada pelos responsáveis dos Serviços de Saúde foi a ida, três vezes por semana, de médicos Cubanos, os quais, naqueles dias, deixaram de ir a outras freguesias também necessitadas. -----
Informou ainda que, nos dias em que não há médico, os administrativos são deslocados para a Sede do Município, ficando a extensão de Saúde sem apoio aos utentes. -----
Mais informou que a Junta de Freguesia já pediu uma reunião à Unidade Local de Saúde para tratar deste assunto e que gostaria de saber se a Câmara Municipal tinha alguma informação sobre o problema da falta de médicos no Município, considerando que se trata de uma situação muito grave e que devia ser feita pressão junto das entidades de Saúde sobre esta questão. -----
Referiu ainda que, há mais de um ano, foi manifestada a vontade de mudar aquela extensão de Saúde para as instalações da antiga Escola Primária, pretendendo a Casa do Povo aproveitar o espaço onde a mesma agora funciona para o infantário. Contudo, não terá havido, até agora, qualquer evolução no sentido de concretizar a mudança pretendida.-----

ENCERRAMENTO DE EXTENSÕES DE SAÚDE-----

O Senhor Fernando Gonçalves referiu que circula a notícia de que os centros de saúde com menos de mil e quinhentos utentes inscritos poderão ser encerrados, acrescentando que gostaria de saber se esta situação se pode vir a colocar relativamente à extensão de saúde de S. Domingos, a qual serve também os utentes da Freguesia de Vale de Água, o que seria muito dispendioso para os mesmos, tendo em conta a distância à Sede do Município, onde teriam de se deslocar. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que na última reunião do Conselho Executivo da CIMAL que teve lugar no passado dia vinte do mês em curso, foi debatida a situação dos cuidados de Saúde no Litoral Alentejano e já foi solicitada uma reunião à Direção da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano E.P.E, a qual agrega os Centros de Saúde do Litoral Alentejano e o Hospital. -----

Mais informou que a Câmara Municipal reuniu, na Sede do Município, no dia vinte de quatro de janeiro do ano do ano em curso, com a Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano E.P.E, onde foram discutidas importantes questões relativas aos Cuidados Primários de Saúde, ao Hospital e sobre o transporte de doentes, acrescentando que aqueles responsáveis informaram que estão em falta cinquenta médicos no Litoral Alentejano, e que no Hospital existem vários problemas que afetam o seu funcionamento, entre os quais a limitação do espaço das urgências; os constrangimentos no SO que dispõe apenas de quatro camas, chegando a estar vinte e oito doentes em macas, e a não existência de um espaço para as urgências de Pediatria, apenas uma sala de espera onde é feito o atendimento, tendo aqueles responsáveis garantido que vão avançar com obras para o seu alargamento. -----

Acrescentou que outro problema complicado resulta da grande procura das urgências, quando metade dos registos compreende pulseiras verdes e azuis, situação que resulta do facto dos Cuidados de Saúde Primários não estarem a funcionar em condições e por não haver um serviço de urgências básicas na Sede do Município, o que vem dar razão à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal na luta que travaram contra o encerramento do SADU. -----

Referiu ainda que outro problema que se coloca ao funcionamento do Hospital tem a ver com o défice de trinta e seis milhões de euros, o qual resulta, em parte, do facto de ter sido atribuída uma baixa classificação àquele equipamento, do que resultou um subfinanciamento ao mesmo. -----

Referiu também que algumas medidas ultimamente tomadas pela Administração estão a provocar algum descontentamento, cujos ecos chegaram à Câmara Municipal e à Rádio Local através de cartas anónimas e têm tido expressão dentro do Hospital, acrescentando que da parte da Administração é assumido que tem de continuar a cortar nas despesas segundo as orientações do Ministério da Saúde. -----

Mais referiu que é preciso ter muita atenção ao que se está a passar, considerando inaceitável que as pessoas sejam sacrificadas do ponto de vista da Saúde, com repercussões negativas na sua qualidade de vida. -----

Acrescentou que era de assinalar a significativa redução das listas de espera, sobretudo em oftalmologia. -----

Referiu ainda que o Hospital representa uma das maiores conquistas para o Litoral Alentejano, o qual, ao longo dos anos, tem tido avanços significativos nas respostas aos utentes que o antigo Hospital Conde do Bracial não podia dar. -----

Informou ainda que, na CIMAL, foi também decidido pedir uma reunião ao Senhor Ministro da Saúde, para tratar destes assuntos. -----

Acrescentou que também a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal deviam tomar posição neste processo. -----

Interveio a Senhora Ana Raquel Hilário Nunes, eleita do PDS, dando conhecimento de que soube através de contacto com a Senhora Presidente do Conselho de Administração da Unidade de Saúde Local E.P.E (USL) que estavam abertos concursos para admissão de médicos, mas que, provavelmente, não iria haver candidatos. -----

Sugeriu que fosse estudada a possibilidade de médicos privados virem a prestar serviços, nas freguesias, de forma a colmatar a falta de médicos do serviço público, acrescentando que o recurso às Unidades Móveis que se deslocam às aldeias e montes, também poderá ajudar a minorar a situação. -----

O Senhor Joaquim Gonçalves, eleito da CDU, referiu que a situação que se está a viver no Hospital, a qual resulta das medidas políticas que têm sido impostas ao setor da Saúde, tem levado à saída de excelentes profissionais, médicos com grande experiência que irão ser substituídos por médicos mais novos, com pouca prática. -----

O Senhor Jaime Cáceres, eleito da CDU, considerou que eram preocupantes os problemas de gestão existentes naquele Hospital, os quais se refletem no atendimento aos utentes, nomeadamente a falta de medicamentos e de médicos, sobretudo profissionais especializados, informando também que vai sair o único Cardiologista de que o Hospital dispunha. -----

Relativamente à Unidade Móvel de Saúde, referiu que se trata de uma mais-valia importante para o Município, tendo em conta o trabalho que desenvolve junto das populações, mas que se traduz em mais um encargo para o mesmo, considerando que a solução do problema dos Cuidados de Saúde não passa pela transferência desta competência do Ministério da Saúde para os municípios, sobrecarregando estes, quando se sabe dos graves problemas financeiros das autarquias, mas sim pelo não encerramento das extensões de Saúde, pelas quais as populações e os eleitos devem lutar. -----

Mais referiu que era também muito preocupantes os elevados montantes que as pessoas são obrigadas a pagar para terem cuidados de Saúde, quando este serviço devia ser

tendencialmente gratuito, tal como está previsto na Constituição da República, pelo que, considerou que a luta deve prosseguir no sentido do cumprimento da mesma. -----
Referiu ainda que o Ministério da Saúde ficou de responder a questões que os eleitos no Município lhe colocaram sobre a situação das extensões de Saúde, considerando urgente que este assunto seja retomado, no sentido de obter respostas para a resolução dos problemas. -----

Acrescentou que o Município de Santiago do Cacém é um dos mais deficitários em médicos, alertando para que os eleitos na Assembleia Municipal lutem pelo que é devido às populações nesta matéria. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal lembrou que a existência da Unidade Móvel de Saúde no Município resultou de um acordo tripartido entre o Município de Santiago do Cacém, a ARS do Alentejo e a Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém, para a qual a Câmara Municipal contribui com o combustível, o motorista, uma Técnica Nutricionista, e também o apoio de técnicos de Desporto e da área Social, os quais, em conjunto com uma Enfermeira do Centro de Saúde, constituem a equipa que se desloca a localidades e montes, nas diferentes freguesias do Município. -----

Acrescentou que se trata de um projeto no qual a Câmara Municipal se envolveu, estando consciente de que não se trata de uma competência da mesma, mas porque estava em causa a saúde das pessoas residentes nas freguesias do interior, com dificuldades acrescidas no acesso a cuidados de Saúde. -----

Mais referiu que a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia têm lutado por Cuidados Primários de Saúde às populações, desta e de outras formas, mas que não se pode colmatar o défice de médicos com os cuidados prestados pela Unidade Móvel. -----

Referiu ainda relativamente aos Cuidados Primários de Saúde que, se não fossem os médicos Cubanos, a situação seria mais grave. -----

Informou que estes profissionais foram sujeitos a vários exames de aptidão técnica para exercerem no país, tendo passado nos mesmos, mas alguns reprovaram no exame de Língua Portuguesa, pelo que, ficaram impedidos de começar a trabalhar, de imediato, só o puderam fazer depois de passarem aquele exame, tendo a Câmara Municipal apoiado estes profissionais nas suas deslocações a Lisboa, com vista ao processo de integração, os quais foram acompanhados pelo Senhor José Neves que prestou este serviço de forma voluntária. Mais informou que a Câmara Municipal solicitou a colaboração da professora Mariana Mancio, a qual ministrou aulas de português àqueles profissionais, de forma gratuita, durante três meses, com deslocações à Cidade de Vila Nova de Santo André, três vezes por semana, contribuindo decisivamente para a sua aprovação nos exames. -----

Mais referiu que é urgente a revisão das condicionantes que se colocam ao acesso dos estudantes aos cursos de medicina, não fazendo sentido a exigência de tão elevadas notas, quando esta situação obriga a que se tenha de procurar profissionais noutros países. -----

Concluiu, referindo que esta era a triste realidade do País, onde está montado um sistema com *lobbies* poderosíssimos. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que a Mesa e a Comissão de Saúde da Assembleia Municipal irão pedir uma reunião à Direção da Unidade Local de Saúde E. E., para a qual será também convidado o Executivo Municipal, a fim de tratar das questões que se colocam no âmbito dos cuidados de Saúde que são devidos à população. -----

PROPOSTA DE MOÇÃO – EM DEFESA DO PODER LOCAL DEMOCRÁTICO-----

Pelo Senhor Jaime Cáceres, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de **“MOÇÃO**-----

Em defesa do Poder Local Democrático-----

Nunca como hoje o Poder Local Democrático sofreu um ataque tão profundo e diversificado, nunca o pilar do Estado Democrático tecido de proximidade e participação foi tão fortemente abalado.-----

Sob um manto de loas e incenso às suas realizações concretas e por detrás de uma cortina farisaica de discursos sobre modernidade emergente propósitos de amputar o Poder Local de características que lhe são essenciais, de recursos financeiros e de meios humanos e técnicos necessários à sua ação.-----

A mentirola da escala pretende legitimar a destruição de mais de um milhar de freguesias e, a breve prazo, a liquidação de algumas dezenas de municípios.-----

A pretexto do controlo da dívida pública, controlam-se, de facto, as opções e as políticas das autarquias e a sua ação ao serviço das populações que as compõem. Como se não bastassem as obrigações de “informar” com detalhe e frequência que raíam a coscuvilhice e os despachos de autorização ministerial, pretende-se a criação de estruturas supramunicipais destinadas a sugar alguns dos poderes dos municípios e a exercer tutela efetiva em clara fraude à Constituição.-----

Reduzem-se os efetivos em pessoal, degradam-se a qualidade técnica dos serviços e a capacidade de enquadramento e direção do trabalho.-----

E prossegue a brutal asfixia financeira, com a diminuição do montante da participação nos recursos públicos que cabe às autarquias, a afetação de acréscimos de receita a fundos e outras formas de os sonegar à gestão autárquica, a elevação dos encargos existentes e a criação de novos encargos.-----

Tudo enquanto aumenta exponencialmente a carga tributária sobre as populações e se degradam os serviços que lhes deviam ser prestados.-----

Tudo visto,-----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em 22 de fevereiro de 2013, delibera:-----

1º Repudiar a eliminação de freguesias e reclamar a inversão do processo no sentido da real aproximação aos eleitores e da pronta resolução dos seus problemas;-----

2º Rejeitar a ingerência governamental na gestão dos assuntos locais e todas as formas oblíquas de concretizar limitações à autonomia dos municípios e das freguesias, especialmente através da tutela de reguladores e de pseudogestores sem legitimidade democrática direta;-----

3º Rejeitar o esvaziamento dos municípios inscrito na proposta de legislação sobre atribuições e competências, inseparável do projeto de liquidação de municípios presente no pacto subscrito pelas troikas;-----

4º Manifestar a sua oposição ao esbulho sistemático de recursos financeiros e ao acréscimo de encargos e exigir a progressiva reposição da capacidade financeira dos municípios, o alargamento dos recursos do Estado afetos às freguesias, o fim das consignações e a uma distribuição equitativa e transparente.-----

5º Reafirmar o seu empenho na defesa do serviço público sob controlo democrático, do Poder Local Democrático e, sobretudo, das populações que representa.-----

Enviar a Moção ao Presidente da República, à Presidente e aos Grupos Parlamentares da AR, ao Governo, à ANMP e ANAFRE e à Comunicação Social.”-----

A Senhora Presidente colocou a **proposta de Moção** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada por maioria**, com vinte e três votos a favor, sendo dezassete dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Manuel Guerreiro Neves, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel C. Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos. Cinco de eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Alberto Manuel Sousa Dias de Brito e Francisco Maria Carrajola de Sousa, e um do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque.-----

Quatro abstenções, sendo duas de eleitos do PS, senhores Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida e José Joaquim Pinheiro, e duas dos eleitos do PSD, senhores Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes e Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela.

PROPOSTA DE MOÇÃO – ALTERAÇÃO DA LEI DE FINANÇAS LOCAIS-----

Pela Senhora Maria de Fátima Boavida, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de “**MOÇÃO**-----

Sobre a proposta de alteração da Lei das Finanças Locais-----

. Considerando que a Constituição da República Portuguesa consagra, designadamente que “o regime das finanças locais visará a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias e a necessária correção das desigualdades”, o que ficou registado na primeira Lei das Finanças Locais – Lei 1/79, que correspondeu a um importante progresso na autonomia financeira das autarquias, seja quanto ao montante global da receita, seja no estabelecimento de critérios objetivos da sua distribuição pelos municípios e na simplificação do processo de transferência, seja da proibição da existência de quaisquer formas de subsídio ou comparticipação, combatendo a distribuição discricionária e só para alguns;-----

. Considerando que, no entanto, o pendor centralista dos sucessivos governos e a sua resistência ao cumprimento da autonomia financeira das autarquias conduziu a três décadas de conflito e de sucessivos incumprimentos, o que só foi travado com a luta persistente das autarquias, de que são exemplo a Lei 1/87 e a Lei 48/98, embora com insuficiências e recuos face à primeira Lei das Finanças Locais, mas, depois, novamente agravado com a Lei 2/2007, que ainda está em vigor, e que constituiu um rude golpe contra a autonomia financeira das autarquias locais; -----

. Considerando que esta evolução negativa dos regimes das finanças locais, com o conjunto dos constrangimentos que a acompanha, é o resultado das opções neoliberais e das principais conceções que as dominam: redução do papel do Estado, desinvestimento público, alienação de funções e serviços públicos, oneração crescente sobre as populações;-----

. Considerando que, desde 2010, se entrou numa nova fase de total arbitrariedade e violação do regime de finanças locais, usando como pretextos a “redução do défice” e o dito “memorando de entendimento” entre as troikas nacional e estrangeira, o que conduziu a novas reduções nas transferências para as autarquias locais (em 2010 foram

reduzidas, a meio do ano, em 100 milhões de euros nas verbas inscritas no Orçamento de Estado para esse ano; em 2011 em 245 milhões de euros – menos 227 milhões de euros para os municípios e menos 18 milhões para as freguesias; em 2012 e 2013 novas reduções correspondentes a 0,1% do PIB, o que fará com que, em 2013, haja menos 480 milhões de euros inscritos no OE relativamente a 2010); -----

. Considerando que está já agendada na Assembleia da República uma nova proposta de lei para alterar a Lei das Finanças Locais, a qual pretende a total liquidação da autonomia financeira das autarquias locais, que, por exemplo: -----

- em termos financeiros: a proposta reduz de 25,3 para 18,5% a participação dos municípios na partilha de recursos públicos e de 2,5 para 2% a participação das freguesias; elimina o IMT enquanto receita de imposto devido aos municípios nas transações imobiliárias; e cria um Fundo de Apoio (FAM) de resgate de municípios em falência que os outros municípios terão de pagar, desviando verbas que eram para todos; - no plano da autonomia – com diversas propostas, incluindo a possibilidade de serem estabelecidos, pela via da Lei do Orçamento de Estado, limites adicionais à dívida total autárquica, fixação de limites adicionais à assunção de atos que determinem encargos financeiros, novas reduções dos montantes que resultariam da aplicação da lei face a situações ditas excecionais, como o cumprimento das regras do Pacto de Estabilidade (PEC); novas restrições na área do financiamento municipal perante terceiros e mais ingerências do Governo, incluindo na retenção de verbas do FEF. -----

. Considerando que uma nova lei de finanças locais com base nesta proposta agravaria ainda mais a situação do Município de Santiago do Cacém. -----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em 22 de fevereiro de 2013 delibera:-----

1. Pronunciar-se contra a nova Proposta de Lei das Finanças Locais recentemente apresentada na Assembleia da República, por ser um verdadeiro atentado à autonomia das autarquias locais; -----

2. Apelar aos deputados de todos os Grupos Parlamentares que defendam o Poder Local Democrático e a autonomia financeira das autarquias, rejeitando esta proposta de lei quando for votada na Assembleia da República; -----

3. Divulgar e denunciar publicamente o grave conteúdo desta proposta de lei e o perigo que representa para as autarquias locais, que ficariam com mais dificuldades de responder aos problemas das populações, sem os adequados meios financeiros. -----

A enviar ao Presidente da República, à Presidente e aos Grupos Parlamentares na AR, ao Governo, à ANMP e ANAFRE e à Comunicação Social.” -----

A Senhora Presidente colocou a **proposta de Moção** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada por maioria**, com vinte e três votos a favor, sendo dezassete dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Manuel Guerreiro Neves, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel C. Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos. Cinco de eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Alberto Manuel Sousa Dias de Brito e Francisco Maria

Carrajola de Sousa, e um do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque.-----

Quatro abstenções, sendo duas de eleitos do PS, senhores Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida e José Joaquim Pinheiro, e duas dos eleitos do PSD, senhores Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes e Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela.

OBRAS SUSPENSAS NO IP8 E IC33 – FALTA DE SEGURANÇA-----

O Senhor José Neves, eleito da CDU, referiu que as obras suspensas naquelas vias não estão devidamente sinalizadas e que os taludes que ficaram junto às mesmas não oferecem segurança, pelo que, questionou se o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha informação sobre possíveis medidas de intervenção da empresa Estradas de Portugal, no sentido de garantir a segurança daquelas obras.-----

Em relação ao transporte de matérias perigosas, considerou que a situação poderá ser muito complicada, em caso de acidente, dado que as Associações de Bombeiros não dispõem do equipamento necessário para enfrentar desastres deste tipo.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que estava prevista, para o dia cinco de março do ano em curso, uma visita da Comissão Parlamentar das Obras Públicas às obras do IP8/A26 e uma reunião na Sede do Município com autarcas da região, onde se irá abordar a situação das mesmas.-----

Mais informou que, no dia anterior à presente sessão da Assembleia Municipal, teve lugar uma reunião do Conselho Municipal de Segurança, onde foram abordados os perigos inerentes ao transporte de matérias perigosas dentro dos centros urbanos e outras questões graves de segurança colocadas pelos presidentes das Juntas de Freguesia, tendo o Senhor Capitão do Destacamento Territorial da GNR dado informações detalhadas sobre a sinistralidade e crimes registados no Município, bem como o problema da segurança de pessoas idosas.-----

Acrescentou que a representante do Ministério Público referiu que a grave situação económica e social que se vive potencia o aumento dos crimes de consumo e tráfico de heroína, e informou que tem sido possível a resolução de pendências com maior celeridade graças a uma boa ligação entre as Forças de Segurança e os Tribunais.-----

Informou ainda que foi decidido reunir novamente o Conselho Municipal de Segurança, no princípio do mês de abril do ano em curso, para debater a questão do transporte de matérias perigosas no Município, para a qual irá ser convidada a Câmara Municipal de Sines e empresas do Complexo industrial de Sines, de onde todos os dias sai uma média de quinhentas viaturas carregadas com materiais, sendo que cinquenta por cento são matérias perigosas.-----

Acrescentou que foi sugerido, na reunião do Conselho Municipal de Segurança, pelo senhor Capitão da GNR, que as autarquias diligenciassem junto da estrutura central da GNR, no sentido desta sub-região vir a dispor de uma força de reação rápida, para intervir em situações de perigo, tendo em conta que se trata de uma zona muito exposta.

Informou ainda que os bombeiros da região tem preparação para este tipo de intervenção, mas não dispõem do equipamento necessário.-----

ERMIDAS-SADO – DEGRADAÇÃO DOS PAVIMENTOS-----

O Senhor Alberto de Brito, eleito do PS e Presidente da Junta de Freguesia de Ermidas, solicitou a intervenção da Câmara Municipal na reparação de várias ruas da Sede daquela Freguesia, as quais se encontram muito degradadas, pondo em causa a segurança da circulação nas mesmas, nomeadamente a Rua Manuel da Fonseca, Rua Nova, Rua 33, Rua 25 de Abril e Largo do Chafariz.-----

Questionou ainda se, no ano em curso, irão ser colocados os lancis na Rua 37 e em parte da Rua do Alentejo. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, de momento, não dispunha da informação solicitada. -----

GRUPO DE CIDADÃOS DE AMBIENTE DE CERCAL DO ALENTEJO – RECLAMAÇÃO – POLUIÇÃO.-----

O Senhor Hugo Ferreira, eleito do PS, referiu que se associava à preocupação constante na carta que um Grupo de Cidadãos de Cercal do Alentejo remeteu à Assembleia Municipal, sobre os problemas causados pela fábrica de madeiras instalada na ZIL daquela Vila. -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que a passou ao Senhor Vereador Álvaro Beijinha, com competências delegadas na área relativa à matéria em causa, o qual informou que, no dia vinte do mês em curso, foi efetuada uma vistoria ao local por técnicos da câmara Municipal e que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo – CCDRA, tinha monitorizado a qualidade do ar, havia dois meses, cujos resultados apurados não se aproximavam do limite legal. -----

Mais informou que o problema tem a ver com o acondicionamento dos detritos da madeira, devido à ação do vento, acrescentando que a empresa está a tomar medidas no sentido de corrigir aquela situação, o mais rapidamente possível. -----

Informou ainda que a empresa em causa investiu cerca de dez milhões de euros naquele projeto, criando emprego para mais de quarenta pessoas.-----

FALECIMENTO DO COMENDADOR ANTÓNIO JOAQUIM FERREIRA – COMUNICADO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

O Senhor Hugo Ferreira referiu o seu pesar pelo falecimento do Comendador António Joaquim Ferreira, comunicado por aquela Câmara Municipal, da qual o mesmo foi presidente, acrescentando que se tratava de uma figura de relevo naquela comunidade, tendo sido também apoiante do General Humberto Delgado. -----

----- ORDEM DO DIA: -----

1. Expediente-----

A Senhora Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, desde o dia um de janeiro até ao dia vinte e dois do mês de fevereiro de dois mil e treze.* -----

* Documento que é dado como reproduzido na presente ata, com o número um, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-

2. Ata-----

A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a Ata nº 06 da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, de 21 de dezembro de 2012. -----

Interveio o Senhor Hugo Ferreira, eleito do PS, referindo que na página 7 da ata, não ficou registada a sua intervenção relativa à eleição de um membro da Assembleia para a CIMAL, em substituição do Senhor Ramiro Beja, no sentido de esclarecer se o procedimento estava correto, tendo em conta que a eleição no início do mandato foi efetuada por lista e com a aplicação do método de representação proporcional, considerando que esta situação devia ser esclarecida. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a ata a votação, tendo em conta o referido pelo Senhor Hugo Ferreira. **A ata foi aprovada, por maioria**, com três abstenções, dos senhores Alberto de Brito, Francisco Carrajola de Sousa e José Joaquim Pinheiro, eleitos do PS, por não terem estado presentes. -----

3. Designação de uma cidadã para integrar a CPCJ de Santiago do Cacém.-----

Pelo Senhor Vítor Paulo Barata, eleito da CDU, foi proposta para integrar aquela Comissão, a cidadã **Mónica Fialho Pires de Aguiar**, natural de Santiago do Cacém, de trinta e seis anos, Jurista, e residente em Alvalade. -----

Não havendo mais propostas, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, por voto secreto, tendo a mesma sido **aprovada**, com vinte e três votos a favor, quatro votos em branco e zero votos nulos. -----

4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

--- a) Alteração dos estatutos da Associação de Municípios da Região de Setúbal - AMRS. -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Submeter à apreciação da Assembleia Municipal a alteração aos Estatutos da AMRS – Associação de Municípios da Região de Setúbal, conforme documento constante no processo. *-----

FUNDAMENTOS: De facto: UM: A AMRS – Associação de Municípios da Região de Setúbal, é uma associação de municípios de fins específicos, constituída pelos municípios de Alcácer do Sal, Alcochete, Almada, Barreiro, Grândola, Moita, Montijo, Palmela, Santiago do Cacém, Seixal, Sesimbra e Setúbal; -----

DOIS: As associações de municípios de fins específicos, são pessoas coletivas de direito privado, criadas para a realização em comum de interesses específicos dos municípios que as integram, na defesa de interesses coletivos de natureza sectorial regional ou local; -----

TRÊS: Atendendo a que as presentes alterações aos estatutos, devem-se à necessidade de regularizar os estatutos da AMRS, instituindo a figura de um Conselho Fiscal, e em observância a legislação em vigor, nomeadamente ao dever das associações de municípios, especificarem nos seus estatutos entre outros, as competências, a estrutura orgânica e o modo de designação e funcionamento dos seus órgãos, verifica-se que as alterações pretendidas pela AMRS têm correspondência com a lei;-----

De direito: UM: De acordo com o n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto – Regime Jurídico do Associativismo Municipal - a modificação de estatutos obedece às mesmas regras de aprovação originária; -----

DOIS: O disposto na alínea m) do n.º 2 do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual.”-----

*Documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número dois, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio a Senhora Dulce Rito, eleita do PS, recomendando que fosse revista a ordem da numeração do articulado do documento.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e cinco votos a favor, sendo dezassete dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Manuel Guerreiro Neves, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva

de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel C. Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos. Sete dos eleitos do PS, senhores Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Alberto Manuel Sousa Dias de Brito e Francisco Maria Carrajola de Sousa e José Joaquim Pinheiro, e um do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque.-----

Duas abstenções, dos eleitos do PSD, senhores Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes e Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela.-----

5. ATIVIDADE AUTÁRQUICA-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual apresentou a Informação das Atividades da Câmara Municipal nos meses de novembro e dezembro de 2012 e no mês de janeiro de 2013*.-----

* Documento que é dado como reproduzido na presente ata, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, com o número três, depois de rubricado pelos membros da Mesa. A Senhora Presidente colocou o documento para discussão.-----

Não houve inscrições para o uso da palavra.-----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo Senhor Primeiro Secretário a relação, em minuta, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em ata.-----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente.-----

Não houve inscrições para o uso da palavra.-----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido aprovada, por unanimidade.-----

Os trabalhos foram declarados encerrados pela Senhora Presidente, eram vinte e três horas e vinte minutos.-----

Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

